



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 85/XIII/ 3.ª SL

Aos 04 dias do mês de outubro de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. - *Informações;*
2. - *Apreciação e votação da ata n.º 84 de 19 de setembro;*
3. - *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 327/XIII/2.ª, que solicitam a criação do Dia Nacional de Síndrome de Angelman» - Rel.: Deputada Isaura Pedro;*
4. - *Outros assuntos.*

10:30 - Audiência da ANCC - Associação Nacional dos Cuidados Continuados, para apresentação do «Diagnóstico sobre o Funcionamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Proposta de Soluções»;

11:15 - Audiência do Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, sobre «o abuso de poder dominante da Ordem dos Enfermeiros e a desigualdade de tratamento negocial, agravando as profundas assimetrias existentes já ao nível das carreiras dos profissionais de saúde».

1. - Informações

O Presidente começou por dar as boas vindas, depois do período eleitoral em que todos estiveram envolvidos. Dado que na data prevista para a primeira audiência obrigatória do Ministro da Saúde ocorrerá uma audiência a requerimento dos GP do PCP e do BE, propôs o dia 10 de janeiro para a sua realização, o que foi aceite pelos Deputados. As audições obrigatórias do Ministro da Saúde ficarão assim agendadas para os dias 13 de novembro (OE 2018), 10 de janeiro, 21 de março e 27 de junho. Informou que a audiência do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, sobre o INSA, na sequência dos requerimentos apresentados pelo PCP e pelo BE, está agendada para o dia 10 de outubro, e ainda que o Presidente do CNPMA será ouvido no dia 18 de outubro, às 10:30 horas, para apresentar o Relatório de Atividades dos Centros de PMA.

A Deputada Carla Cruz deu nota da insistência do Grupo de Aveiro em ser ouvido sobre comportamentos aditivos e o Deputado Moisés Ferreira pretende saber quando



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 85/XIII/ 3.ª SL

serão agendadas as audições mencionadas no seu requerimento sobre essa matéria, tendo o Presidente referido que serão agendadas logo que for possível.

2. - Apreciação e votação da ata n.º 84 de 19 de setembro

A ata n.º 84, relativa a 19 de setembro, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. - Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 327/XIII/2.ª, que solicitam a criação do Dia Nacional de Síndrome de Angelman» - Rel.: Deputada Isaura Pedro

A Deputada Isaura Pedro apresentou o Relatório Final da Petição n.º 327XIII/2.ª, referindo o seu objeto, analisando as questões que suscita e dando conta das diligências efetuadas, designadamente a audição do peticionário, embora não fosse obrigatória, e o pedido de informação ao Ministério da Saúde, de cuja resposta dá conta. Concluiu dizendo que o Relatório deverá ser enviado ao PAR, aos grupos parlamentares e dele ser dado conhecimento ao peticionário.

O Deputado António Sales deu os parabéns à Relatora pelo documento. Pensa que o objetivo desta petição, que solicita a criação do dia da doença do Síndrome de Angelman, que é uma das mais de 12 mil doenças raras, é o de lhe dar mais visibilidade.

A Deputada Isabel Galriça Neto enalteceu o Relatório apresentado. Referiu o impacto das doenças, apesar da baixa prevalência. Disse que tem colocado questões ao Ministro da Saúde sobre o apoio a dar a esses doentes, causa que se deve apoiar.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou a Relatora. Compreende os objetivos deste grupo de cidadãos, que é o de dar a conhecer o Síndrome e dos cuidados a prestar às próprias famílias, notando que ainda há muito a fazer pelos portadores de doenças raras.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou a Relatora. Disse compreender as motivações para criar o Dia, que visa dar maior visibilidade à doença incapacitante e que necessita de tratamento diverso e sensibilizar a sociedade e os decisores políticos.

A Deputada Isaura Pedro agradeceu as palavras dos Deputados, as quais subscreve.

O Presidente colocou o Relatório Final à votação, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 85/XIII/ 3.ª SL

10:30 - Audiência da ANCC - Associação Nacional dos Cuidados Continuados, para apresentação do «Diagnóstico sobre o Funcionamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Proposta de Soluções»

O Presidente agradeceu a presença do Presidente da Associação Nacional de Cuidados Continuados (ANCC), José António Bourdain, que veio acompanhado pela médica e tesoureira da Associação, Isabel Beltrão, dando-lhe a palavra.

José António Bourdain cumprimentou o Presidente e os Deputados, dizendo que é com satisfação que reúne novamente com a Comissão, esclarecendo que anteriormente representava um grupo de trabalho, que entretanto evoluiu para uma Associação. Fez uma apresentação do documento já distribuído, dando conta do diagnóstico sobre o funcionamento da RNCCI e proposta de soluções, salientando que os constrangimentos financeiros são devidos, nomeadamente, ao congelamento das participações pagas às unidades de cuidados continuados UCCI's bem como às dívidas e atrasos de pagamento por parte do Estado. Disse que estão a ser enviados para as UCCI's doentes cada vez mais complexos, do ponto de vista clínico e social, e que representam um enorme custo tanto em medicamentos como em exames, não estando as instituições a ser compensadas financeiramente por esse acréscimo. Isabel Beltrão disse que RCCI foi o que melhor se fez para ajudar quem precisa de ajuda. Referiu que Portugal tem todas as condições para ser a Rede Europeia de Cuidados Continuados, nas áreas do turismo médico e do turismo sénior.

A Deputada Isaura Pedro cumprimentou a Associação e agradeceu o contributo entregue, que muito valoriza. Considera que Portugal, apesar do esforço, continua a ter uma baixa cobertura de cuidados continuados. Perguntou se têm reunido com o Governo, qual é a perspetiva quanto ao futuro e se os constrangimentos financeiros podem pôr em causa o acesso dos doentes a esses cuidados.

O Deputado António Sales saudou a Associação. Reconhece que deve haver uma atualização dos contributos por parte do Estado para que não seja posta em causa a sustentabilidade das instituições. Colocou questões sobre a forma como a Associação e o Governo podem responsabilizar mais as famílias para incrementar a reinserção familiar, como compatibilizar a expansão da Rede, havendo contenção orçamental e como pode ser melhorada a Rede, nomeadamente a referenciação hospitalar.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou a Associação. Considera que a criação da RNCCI é uma resposta importante às necessidades, mas ainda não dispõe do número



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 85/XIII/ 3.ª SL

de camas necessárias no país. Perguntou o que é necessário fazer para o Estado ter mais camas, qual deve ser o papel da RNCCI e se ao exigir maior diferenciação não se está a desvirtuar a Rede, passando a dar também respostas a casos sociais.

A Deputada Isabel Galriça cumprimentou a Associação. Sublinhou que a temática é da maior relevância para o CDS-PP, lamentando que os problemas se mantenham desde a última audiência com a Comissão e até se tenham agravado. O objetivo da Rede não deve ser só o de abrir vagas, devendo também prestar cuidados de saúde de qualidade às pessoas que precisam e não os apoios sociais. Pretende saber se têm reunido com as estruturas de saúde e quais as respostas obtidas, se pode ser melhorada a referenciação dos doentes e qual o efeito dos atrasos nos pagamentos.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou a Associação. Reconhece que se está perante uma área deficitária, mais propriamente a falta de camas públicas. Acompanha a preocupação de dignificar os profissionais que trabalham nesta área, tanto em termos remuneratórios como de carreira. Perguntou se têm reunido com as tutelas para encontrar respostas para as famílias e para os utentes e para os pagamentos em atraso.

José António Bourdain agradeceu as palavras e as questões. Disse que reuniram com o Coordenador da Reforma do SNS na Área dos Cuidados Continuados Integrados, Manuel Lopes. Sente que não são ouvidos e que algumas instituições já desistiram da Rede e outras estão a pensar fazê-lo. Disse que há famílias que não vão buscar os seus doentes, apesar de terem alta, e há outras com posses, mas que não pagam. A Rede Nacional está a servir para dar respostas sociais, quando a solução para esses casos seria a de abrir mais vagas em lares de idosos.

Isabel Beltrão reconhece que a referenciação não é fácil, por falta de camas de proximidade. Criar uma nova tipologia na Rede poderia ajudar porque há doentes que necessitam de muitos cuidados de saúde e outros nem tanto. Fez notar que o apoio domiciliário é indispensável só até certa idade, porque mais tarde falta a mobilidade.

O Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados nesta audiência.

11:15 - Audiência do Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, sobre «o abuso de poder dominante da Ordem dos Enfermeiros e a desigualdade de tratamento negocial, agravando as profundas assimetrias existentes já ao nível das carreiras dos profissionais de saúde»



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 85/XIII/ 3.ª SL

O Presidente deu as boas vindas ao Presidente do Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica (STSS), Almerindo Rego, que veio acompanhado por Luís Dupont, Fernando Zorro e João José Joaquim. Almerindo Rego agradeceu em nome do Sindicato ser recebido em audiência para falar dos problemas do STSS que representa 19 profissões, que não são menos dignas do que as de enfermagem, que estão a ter um tratamento negocial desigual. Considera que a Ordem dos Enfermeiros se desmultiplica em especialidades e «*vem sucessivamente invadindo a esfera de competências de profissões de saúde reguladas pelo Estado Português, através de pseudo especializações*». No caso da carreira dos Técnicos Superiores de Saúde a situação vem-se agravando ao longo dos anos e até há enfermeiros de reabilitação para coordenarem técnicos de diagnóstico e terapêutica. Informou que o Governo não apresentou até agora qualquer proposta e que a reunião agendada para setembro ficou sem efeito. Frisou que na negociação das matérias, com exceção de duas, não existe qualquer implicação financeira.

A Deputada Ângela Guerra cumprimentou o STSS e agradeceu as informações. Reconhece que todos os profissionais de saúde têm razão para protestar e percebe as greves decretadas. Perguntou qual é a interpretação do Sindicato para a quebra dos prazos negociais sobre carreiras por parte do atual governo e qual é a percentagem de profissionais com horário de 40 horas e como entende que se está a processar a relação entre os vários profissionais.

O Deputado António Sales saudou os dirigentes do STSS que referiram uma posição de desconforto em relação ao orçamento disponibilizado para as áreas de reabilitação e de análises clínicas e a assimetria das carreiras existentes, nomeadamente do ponto de vista remuneratório. A definição dos atos em saúde poderia dar um contributo para a clarificação das áreas cinzentas das várias profissões, defendendo o utente.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou o STSS. Disse que o orçamento na área da saúde devia ser maior para investir, nomeadamente nas reivindicações dos profissionais e nos equipamentos de saúde. O BE compreende e apoia as suas reivindicações e deseja que as negociações continuem e que as carreiras sejam revistas. Entende que não se devem priorizar negociações e para esclarecer este problema o BE vai fazer uma pergunta ao Governo.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou os representantes do Sindicato, salientando que o trabalho que prestam é imprescindível e que em determinadas áreas o seu número



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 85/XIII/ 3.ª SL

ainda é insuficiente, havendo necessidade de valorizar esses profissionais em termos remuneratórios, profissionais e sociais. É preciso ir mais longe no SNS, quer na valorização dos profissionais e na sua contratação, quer na prestação atempada de cuidados de saúde. As equipas multidisciplinares da saúde têm de contar com estes profissionais e o objeto da PPL sobre os atos em saúde pode criar conflitos entre as profissões. Lamentou que o calendário negocial tenha sido interrompido e, a esse propósito, o PCP vai questionar o Governo.

Almerindo Rego agradeceu as questões. Disse que o Sindicato se revê na proposta que o Ministro da Saúde levou a Conselho de Ministros, que depois foi limitada pelo Ministro das Finanças. Esclareceu que a reivindicação do horário das 35 horas tem a ver com contratos individuais de trabalho, mas 55% destes profissionais não estão abrangidos, por ausência de carreira. Deu nota de que, da dotação global do OE, há uma parte disponível para o SNS e desta devia haver uma parte a distribuir proporcionalmente pela totalidade dos recursos humanos na saúde e não contemplar apenas parte deles, não percebendo as razões porque nas duas matérias, que não têm natureza financeira, não avançaram propostas.

Na segunda ronda usaram da palavra para pedir esclarecimentos os Deputados Ângela Guerra, António Sales, Moisés Ferreira e Carla Cruz, a que Almerindo Rego respondeu em conjunto, sendo complementada por João José Joaquim.

O Presidente agradeceu a presença e as informações prestadas.

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida nos seguintes links:

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=2262&title=audiencia-da-ancc-associacao-nacional-dos-cuidados-continuados>

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=2263&title=audiencia-do-sindicato-nacional-dos-tecnicos-superiores-de-saude-das-a>

Palácio de São Bento, 04 outubro 2017.

O PRESIDENTE

(JOSE DE MATOS ROSA)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 85/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Moisés Ferreira
Teresa Caeiro
António Topa
Bruno Coimbra
Francisco Rocha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fátima Ramos
José Luís Ferreira
Luísa Salgueiro
Ricardo Baptista Leite

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Miguel Santos

